

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Divisão de Apoio às Comissões  
CS  
N.º Único 634333  
Entrada/Cont. n.º 308 Data 17.05.19



Exm.º Senhor  
Presidente da Comissão de Saúde  
M. I. Deputado José de Matos Rosa

**ASSUNTO:** Audição da Entidade Reguladora da Saúde a propósito do aumento dos tempos de espera para cirurgias e consultas no Serviço Nacional de Saúde.

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) conclui, num relatório divulgado no passado dia 14 de maio, que os tempos de espera para cirurgias e consultas nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não param de aumentar.

Um alerta que o PSD tem vindo reiteradamente a fazer e que o Governo insiste em negar ou contradizer.

De acordo com a ERS, os hospitais públicos *“apresentaram, globalmente, taxas de incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos (TMRG) por lei de 18,5% nas cirurgias programadas e de 39% nas consultas realizadas a pedido dos cuidados de saúde primários”*. Uma situação *“transversal”* que, afirma o Regulador, *“afeta uma parte muito relevante dos utentes atendidos”*.

O relatório da ERS, *“Informação de Monitorização”*, abrange dados de 44 hospitais públicos, num conjunto de 49, relativos aos tempos de espera na atividade cirúrgica e consultas externas dos hospitais do SNS, entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2018.

Relativamente às cirurgias, nos primeiros cinco meses do ano passado, a ERS apurou que:

- 17% foram realizadas fora do prazo legal, subindo essa percentagem para 18%, no caso de cirurgias de doença oncológica, e para 21%, no caso de cirurgias de doença cardíaca;



GRUPO PARLAMENTAR

- Seis hospitais do SNS realizaram mais de um terço das respetivas cirurgias para além do prazo legalmente estabelecido para o efeito;
- Em sete especialidades médicas, as cirurgias foram realizadas com tempo de espera superior a 20% do tempo máximo legalmente fixado.

No que concerne às consultas médicas:

- 39% foram realizadas fora do prazo legal, com uma mediana do tempo de espera de 84 dias (82 dias em 2015);
- Em sete especialidades médicas, as consultas foram realizadas com tempo de espera superior a 50% do tempo máximo legalmente fixado;
- 36% das consultas de oncologia foram realizadas para além do prazo legal;
- As regiões de saúde do Norte e Centro apresentam os mais elevados níveis de incumprimento dos tempos máximos de espera legalmente estabelecidos;
- No final de maio de 2018, encontravam-se 469.937 utentes a aguardar por uma primeira consulta de especialidade hospitalar no SNS, a maioria dos quais com os respetivos prazos ultrapassados;
- Somente 38% das consultas realizadas são objeto de monitorização do cumprimento dos prazos;
- A percentagem de incumprimento dos prazos para consultas nos cuidados primários ultrapassa os 15% em todo o País.

De um modo global, o regulador da Saúde conclui que:

- Esta situação de incumprimento dos tempos afeta uma parte muito relevante dos utentes atendidos;
- O indicador global do incumprimento dos TMRG para cirurgia aumentou, face ao período de agosto a outubro de 2017, em quase todos os hospitais;
- Os hospitais do SNS não foram capazes de acompanhar a redução do TMRG para os casos de prioridade normal, de 270 para 180 dias, introduzida a partir de 1 de janeiro de 2018.

Em reação a estes dados, o Ministério da Saúde veio, entretanto, alegar que se encontrará em curso um plano de gestão do acesso, visando a resolução dos problemas de ultrapassagem dos TMRG no atendimento. Uma promessa que, a ser cumprida, terá apenas efeitos em 2020, ou



GRUPO PARLAMENTAR

seja, na próxima Legislatura, o que evidencia a notória incapacidade do atual Governo na resolução deste grave problema.

Verdade é ainda que, hoje mesmo, o Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, veio dizer, publicamente, que *“A expectativa é que os tempos [de espera para cirurgias programadas e para consultas nos hospitais] se deteriorem, até porque existiram outros efeitos para além destes cinco meses”*.

Acresce, aliás, que, de acordo com dados mais recentes, no final de fevereiro passado havia 44 279 doentes à espera de cirurgia no SNS para lá dos tempos máximos de resposta garantidos, um novo agravamento face aos 42 514 doentes que se encontravam nestas circunstâncias no mês anterior.

Face a este cenário, que confirma as denúncias e os alertas reiterados sobre a degradação da resposta do SNS, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a presença da Senhora Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde na Comissão de Saúde, com a maior brevidade possível, a fim de prestar esclarecimentos relativos ao aumento dos tempos de espera nos hospitais do SNS.

Palácio de S. Bento, 16 de maio de 2019

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD,

*Adão Silva*

*Ricardo Baptista Leite*

*Luís Vales*

